

# A demanda não atendida

A SECRETARIA municipal de Educação do Rio apurou os custos relativos dos Cieps. Verificou-se que cada aluno pesa nas despesas de duas a sete vezes mais que o aluno das escolas públicas convencionais. A constatação repõe a questão, raramente proposta de maneira satisfatória, da relação custo/benefício dos investimentos públicos em educação; e em especial no ensino fundamental.

A ESCOLA pública é instrumento de uma política social, de redução das desigualdades: pretende-se dar a mesma educação para todos. Ou oferecer educação de qualidade aos mais pobres, já que os afortunados não precisam da ação do Estado para obtê-la.

A PRIMEIRA questão que o programa dos Cieps provoca se encontra justamente aí: não é perversa concentração de recursos públicos fazer uma minoria — a clientela dos Cieps — valer até sete vezes mais que a maioria?

ALÉM disso, a aferição do valor da escola pública como instrumento de política social se faz sobretudo pela produtividade. Centros comprovados de excelência na educação pública merecem certamente maior atribuição de recursos públicos. Mas a prova não está no desenho dos prédios escolares, no avanço

dos equipamentos, na duração da jornada escolar; e nem mesmo na qualificação do corpo de professores. A qualidade da educação não se mede pelos agentes ou instrumentos; mede-se pelo benefício para os usuários.

A OFERTA pública de educação pode estar ajustada a vários tipos de demanda; e entretanto pode deixar de fora a única demanda que conta, a do usuário. Ou seja, há vários processos de escamoteamento do dever do Estado de oferecer educação. A prioridade dada à construção de prédios escolares é um deles. Atenderá talvez à demanda de firmas construtoras por encomendas. Atenderá ainda à demanda de propaganda político-eleitoral. Inaugurações, sobretudo se de prédios escolares, têm rendimento político imediato. Ocorre que educação é continuidade, e não inauguração.

TEMOS uma população escolar satisfatoriamente atendida pela matrícula inicial no Primeiro Grau. Estimativas distintas coincidem no percentual nacional desse atendimento: 90%. Não há também déficits, salvo exceções setoriais, de oferta de salas de aula. O problema se situa na descontinuidade do processo: sequer a metade dos matriculados chega a concluir as oito séries do Primeiro Grau. Quem chega ao fim, o faz no

dobro do tempo regular. Entenda-se, então, que não faltam recursos. O problema é o desperdício dos recursos disponíveis, exigindo duas vezes mais professores, duas vezes mais salas de aula que o previsto pelo fluxo normal da escolaridade.

MAS isso também não parece preocupar muito os governos. Multiplicar o número de professores atende a outra demanda alheia às necessidades do usuário: à demanda de poder político por parte de quem nomeia. Chega-se assim a entregar a maior parte das crianças a profissionais menos qualificados, saídos de faculdades particulares, de cursos supletivos de Primeiro Grau; ou aos "leigos", largamente presentes no ensino de Primeiro Grau em estados do Nordeste.

A DEMANDA maior a que deveria atender o ensino público, a demanda por qualidade, tem sido sistematicamente driblada. Ela fica restrita aos que buscam a rede particular de Primeiro e de Segundo Grau. E o sistema de ensino público continua a se definir como público só em função do Estado que o oferece, fora dos parâmetros da democracia: a sociedade não tem controle algum sobre ele; e, gratuito, recebe-o como favor, sob a complacência de políticos e governos.